

Fernando Pacheco¹
M.^a Leonor da Silva Carvalho²
Pedro Damião Henriques³

Resumo

Angola é um dos países com maior potencial de desenvolvimento do continente africano, continuando no entanto a depender fortemente das importações, nomeadamente de produtos alimentares.

No âmbito da “Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (ENSAN) para Angola e para o período 2009-2013, os dois primeiros objectivos específicos reflectem a necessidade de aumentar e diversificar a produção agro-pecuária de forma sustentável, melhorando o abastecimento alimentar da população e as condições de vida do meio rural, e ainda a garantia de disponibilidade da oferta de produtos alimentares, interligando zonas com excedentes e zonas de maior procura e poder de consumo.

Para a concretização de tais objectivos específicos da ENSAN, o Governo traçou metas para o desenvolvimento da agricultura em Angola, tendo delineado um conjunto de actividades e de acções, integradas em eixos estratégicos transversais aos objectivos definidos, a desenvolver no período 2009-2013.

Neste artigo pretende-se discutir e analisar instrumentos de política conducentes à concretização daqueles objectivos.

Neste sentido serão analisados os vários indicadores socioeconómicos angolanos, as potencialidades agrárias do país e o estado actual do sector agrícola.

Palavras-chave

Agricultura angolana, sustentabilidade, políticas agrícolas

¹ fapachecos@yahoo.com.br

² Professora associada, Departamento de Economia, ICAAM, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, leonor@uevora.pt

³ Professor associado, Departamento de Economia, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, pdamiao@uevora.pt

Introdução

Angola é um dos países com maior potencial de desenvolvimento do continente africano. Tendo sido afectada pela crise internacional de 2009, a economia angolana tem, no entanto, vindo a recuperar, esperando-se que o ano de 2011 seja um ano de consolidação para a recuperação económica. O Orçamento Geral do Estado (OGE, 2011) previu um crescimento real do PIB de 7,6% para 2011, tendo este valor sido revisto em baixa pelo Executivo para 3,6%. Segundo o mesmo OGE, um dos sectores mais dinâmicos para o crescimento da economia angolana é o da Agricultura, apresentando uma taxa de crescimento real de 29%, sendo o sector agro-pecuário vital para a economia e para a sociedade. Contudo, o petróleo domina o quadro económico do país e apresenta-se como o principal “inimigo” da agricultura (Pacheco, 1997), continuando o país a depender fortemente das importações, nomeadamente de produtos alimentares. Neto *et al.* (2006) refere a transfiguração da Angola agrícola e rural numa Angola dependente de um mono-produto – o petróleo –, que trouxe consigo o empobrecimento da maioria da população. Sublinha ainda a dificuldade de revitalização do sector agrário angolano e o desenvolvimento do mundo rural.

Antes do conflito armado pós-independência, Angola era um país auto-suficiente na generalidade dos alimentos, à excepção do trigo, tendo sido um grande exportador de café e de milho, além de banana, açúcar, óleo de palma, feijão e mandioca. Os 27 anos de guerra civil, obrigando uma parte da população rural a deslocar-se para o meio urbano e interrompendo a sua produção agropecuária, o mau estado das estradas, as pontes destruídas e a ameaça das minas tiveram como efeito a perda de importância da agricultura na economia do país, tornando-o fortemente dependente das importações e do sector petrolífero. Deste modo, o abandono da agricultura familiar e a desestruturação do comércio rural empurraram uma agricultura cada vez mais voltada para o mercado até meados dos anos 70 para a subsistência nos dias de hoje.

No âmbito da “Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (ENSAN, 2009) para Angola e para o período 2009-2013, os dois primeiros objectivos específicos reflectem a necessidade de aumentar e diversificar a produção agro-pecuária de forma sustentável, melhorando o abastecimento alimentar da população

e as condições de vida do meio rural, e ainda a garantia de disponibilidade da oferta de produtos alimentares, interligando zonas com excedentes e zonas de maior procura e poder de consumo, ou seja, revitalizar e diversificar a economia rural, para combate à fome e à pobreza, melhoria das condições de vida e maior segurança alimentar.

A concretização destes objectivos está em sintonia com o Programa do Governo para o período 2009-2013. Para o desenvolvimento sustentável, os objectivos e metas traçados visam a revitalização e diversificação da economia rural, contribuindo para a estabilização das populações no meio rural e a criação de melhores condições de vida no campo. Pretendem ainda a reabilitação de infra-estruturas para o relançamento do sector agrário e contribuir para a implementação de uma linha de crédito de campanha. O Governo acredita que esta melhoria irá promover a produção e a produtividade da agricultura, assegurando a segurança alimentar, contribuindo não só para o desenvolvimento da indústria agro-alimentar mas também para o fomento das exportações dos produtos agrícolas (OGE, 2011).

Neste artigo pretende-se discutir e analisar instrumentos de política conducentes à concretização daquelas metas. Para além desta introdução, este artigo está organizado nos seguintes pontos: indicadores socioeconómicos e potencialidades agrícolas, análise e discussão dos objectivos e metas para o desenvolvimento da agricultura em Angola, propostas de medidas, notas finais.

Indicadores socioeconómicos

Angola é um país da África Subsaariana, situado na costa Atlântica e fazendo fronteira com o Congo, a República Democrática do Congo, a Zâmbia e a Namíbia, com uma área de 1.246.700 km², e com um dos maiores potenciais económicos da zona.

Para além de um importante património natural, possui um vasto e diversificado conjunto de recursos: recursos minerais, em que se destacam o petróleo e os diamantes; recursos hídricos que posicionam o País numa situação privilegiada na África Austral, designadamente do ponto de vista do potencial hidroeléctrico; com uma vasta costa beneficia de abundantes recursos do mar, sobretudo em peixe e mariscos; condições edafo-climáticas que lhe proporcionam um potencial muito grande e variado em termos de produção agro-pecuária; elevado e variado potencial energético.

De acordo com o ACP Observatory on Migration (2010), a população angolana estimada para 2010 era de 18.993.000, com uma taxa de crescimento 2010-2015 de 2,7%. Esta população é maioritariamente jovem com cerca de 45% com idade inferior a 15 anos. (ONU DP, 2010). A esperança média de vida à nascença estava estimada em 47,1 anos, com uma taxa de mortalidade infantil de 16,3% e de mortalidade abaixo dos 5 anos de 20,3%. Apresentava ainda uma taxa de fertilidade de 5,8%. A população urbana, em 2010, representava 58,5% do total, e apenas 41,5% era população rural (ONU DP, 2010). Estimativas recentes do PNUD (2010) colocam Angola, em termos de IDH, na 146.^a posição entre 163 países, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,403. Dados oficiais de 2008/09 (Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População-2010) indicam que 37% da população vive abaixo do limiar de pobreza nacional, dos quais 58% correspondem a população rural. O mesmo inquérito indica que 42% da população tem acesso a água apropriada para beber, cerca de 60% tem acesso a saneamento apropriado e 40% tem energia eléctrica.

A taxa de crescimento real do PIB, revista em baixa para 3,6%, em Julho de 2011 (OGE, 2011), deverá regressar aos dois dígitos em 2012 depois da crise de 2009. O peso do sector petrolífero no PIB nominal tem vindo a decrescer desde 2008, descendo de 58% para 45,6% em 2009, prevendo-se que cairá para 42,1% em 2011. Em contrapartida, o sector da agricultura, pecuária e pescas, com um peso de 6,8% no PIB nominal em 2008, mostra uma tendência crescente na sua importância, prevendo-se um peso de 12,2% em 2011. A actividade agrícola tem vindo a aumentar nos últimos anos, reflectindo o esforço de investimento realizado.

Na análise que se segue relativa ao sector agrícola, os dados apresentados levantam algumas dúvidas quanto à sua credibilidade. Isto é válido tanto para a informação reportada pelo Ministério da Agricultura como para a da FAO. Relativamente aos dados estatísticos do Ministério da Agricultura, embora se tenham registado evidentes melhorias desde 2008, como afirma o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, ainda se verifica a possibilidade de se estarem a cometer erros metodológicos, pois a metodologia que sustenta a informação não é suficientemente clara. Quanto às estatísticas da FAO, a falta de credibilidade resulta da constatação de bastantes incongruências existentes na informação através da evidência empírica.

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

Segundo dados do Ministério da Agricultura, o sector agrícola empregava em 2009 cerca de 4,4 milhões de pessoas, na sua maioria do sexo feminino (52%) e jovens. Estimativas do Ministério para o período 2009-2013 mostram um acréscimo em termos de emprego directo e indirecto, prevendo-se que se gerem no sector mais de 78 mil empregos rurais directos.

A área cultivada no ano agrícola de 2009/10 foi de cerca de 4,9 milhões de hectares, repartidos por empresas agrícolas familiares (94,2% da área total cultivada) e por explorações agrícolas do tipo empresarial (Ministério da Agricultura, 2010). Os agricultores familiares representam mais de 99% do número total de agricultores. A área média das explorações familiares era de 2,32 ha e a das explorações tipo empresarial era de 34,08 ha (Quadro 1).

Quadro 1 – Ocupação da terra por tipo de empresa

Item	Sector Familiar		Sector Empresarial	
	N.º/ ha	%	N.º/ ha	%
Famílias/Empresas	1.985.987	99,6	8.319	0,4
Área Total (ha)	4.604.468	94,2	283.502	5,8
Área Média (ha)	2,32	-	34,08	-

Fonte: MINADERP – Resultados da campanha agrícola 2009/10

Quadro 2 – Peso das Empresas Agrícolas Familiares na Produção Agrícola

Tipo de Produto	%EAF*
Cereais	73,8
Raízes e Tubérculos	97,8
Leguminosas e Oleaginosas	97,6
Hortícolas	41,6
Frutícolas	95,8

Fonte: Ministério da Agricultura – Resultados da campanha 2008/09

* EAF – Empresas Agrícolas Familiares

Como se pode ver pelo Quadro 2, as empresas agrícolas familiares têm um papel preponderante na produção de produtos agrícolas, sendo responsáveis por mais de 95% da produção de raízes e tubérculos, leguminosas e oleaginosas e frutícolas; por cerca de 74% da produção de cereais e por 41,6% nas hortícolas. A maior parte da área cultivada é dedicada à produção de cereais, sendo também as raízes e tubérculos culturas importantes em termos de área utilizada.

Verifica-se que, nos últimos anos, as produções dos grandes grupos de culturas têm aumentado (Quadro 3), não correspondendo este aumento a ganhos de produtividade, excepto no caso das raízes e tubérculos, mas sim a aumentos de área.

Quadro 3 – Evolução da Produção agrícola por grupos de culturas

	1999-2001		2003-2005		2007		2008		2009	
	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)
Cereais	546	901	752	1306	705	1429	728	1017	1030	1752
Raízes e Tubérculos	4640	607	8912	880	11171	1084	11279	852	14633	1259
Leguminosas	77	202	92	305	104	420	124	375	247	716
Oleaginosas	70	117	86	229	92	292	91	320	106	350
Hortícolas	259	47	272	48	275	49	275	49	275	49
Frutícolas	440	–	450	–	602	60	622	60	581	69
Açucareiras	350	9	350	9	360	10	360	10	360	10
Café (ton)	3620	–	1960	–	2160	–	2160	–	–	–

Fonte: FAO Statistical Yearbook

Quando se analisa a evolução da produção agrícola entre as campanhas 2006/2007, 2007/08, 2008/09 e 2009/10, constata-se uma evolução positiva para a generalidade dos produtos, mais acentuada no grupo das raízes e tubérculos, onde se destaca o grande aumento na produção de batata, e das oleaginosas. No grupo dos cereais, a produção de arroz teve um crescimento expressivo (Quadro 4), embora mais uma vez aqui a fiabilidade dos dados seja posta em causa, uma vez que as autoridades locais das Lundas e do Moxico não confirmam estas produções.

A guerra afectou de modo assinalável a produção pecuária, tendo os efectivos sido quase dizimados. Desde o fim da guerra, tais efectivos pecuários têm vindo a reconstituir-se, graças às iniciativas de pequenos, médios e grandes produtores pecuários, e de comerciantes formais e informais e de alguns programas do Governo e de ONGs, dando lugar a aumentos quer da produção de carne quer de leite (Quadros 5 e 6).

Quadro 4 – Evolução da produção agrícola (1000 ton)

PRODUTO	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Milho	615,9	702,2	970,2	1.320
Massango/Massambala	156,4	27,1	68,3	92
Arroz	4,6	8,4	14,2	19
Feijão	103,7	124,4	247,3	384
Amendoim	66,6	91,9	110,8	172
Soja	7	7,7	5,9	9
Mandioca (fresca)	9.750	10.057	12.827	16.132
Batata	491,2	401,2	823,2	1.038
Batata Doce	949,1	819,7	982,5	1.240
Hortícolas	nd	274,9	nd	4.704
Frutícolas	nd	nd	nd	2.778
Café comercial	5,7	15,0	17,2	nd

Fonte: MINAGRI – Relatório Sectorial de Balanço das Actividades Desenvolvidas (Anos de 2008 e 2009) e MINADER – Estimativas dos Resultados da Campanha Agrícola 2009 –2010 (Maio 2010).

Quadro 5 – Evolução dos Efectivos Pecuários

Espécie Pecuária	N.º de cabeças	
	2008/09	2009/10
Bovinos	3.586.221	3.666.893
Caprinos e Ovinos	6.023.775	6.184.574
Suíños	1.416.507	1.563.473
Galináceos	15.136.906	17.118.618

Fonte: adaptado de MINADER/CA/2009/10

Apesar deste aumento, quando se comparam os dados de 2010 sobre produção pecuária com os de 2009, verifica-se que esta terá regredido significativamente, não se coadunando com os aumentos nos efectivos (Quadro 6). Isto explica as reservas sobre os dados estatísticos antes assinalados, e pode ser consequência apenas de uma maior atenção à recolha e análise da informação.

Quadro 6 – Evolução da Produção Pecuária

Produto	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Carne de bovino	8.730	12.204	13.420	14.498	14.615	6.776
Carne de suíno	13.600	22.882	24.026	24.747	26.631	1.005
Carne de caprino e ovino	5.427	9.153	9.794	10.284	11.121	1.268
Frangos	630	1.058	1.164	1.257	2.195	6.859
Ovos (milhões unidades)	3.620	6.102	6.712	7.303	nd	nd
Leite (mil litros)	804	1.356	1.424	1.467	4.250	nd

Fonte: Instituto de Serviços de Veterinária; MINAGRI – Relatório Sectorial de Balanço das Actividades Desenvolvidas (Anos de 2008 e 2009) e MINADER – Estimativas dos Resultados da Campanha Agrícola 2009-2010 (Maio 2010).

Os produtos agrícolas mais produzidos em Angola são a mandioca, a batata-doce, o milho, as bananas, a batata, as hortícolas, o feijão e o amendoim (Quadro 7). Comparando, para estas mesmas culturas, as suas produtividades em Angola com as produtividades obtidas em termos médios para o continente africano, constata-se a baixa produtividade angolana para os casos do milho e do amendoim (menos de metade da produtividade africana), da batata, da cana-de-açúcar, hortícolas e do feijão (também com uma produtividade correspondente a cerca de metade da produtividade do feijão para o continente africano). O café que, no passado, foi uma produção importante em Angola (o país chegou a ser o 3.º maior produtor mundial), é hoje uma produção incipiente, com uma produtividade muito baixa. Quando se mencionam os aumentos de produção registados nos últimos anos, estes não se referem, na generalidade dos casos, a aumentos de produtividade, mas sim a aumentos de área cultivada. Por outro lado, alguns dos números referidos para a produtividade são demasiado elevados, como por exemplo nos casos da mandioca

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

e do milho. Estas reservas justificam-se por não se terem registado melhorias nos serviços de extensão e de assistência técnica e na qualidade das sementes e do material vegetativo utilizado, nem ter havido aumento a nível de consumo de fertilizantes e de fitossanitários (CEIC-UCAN, 2010).

Quadro 7 – Produtos agro-pecuários mais importantes (2009)

Produto	Produção (toneladas)	Produtividade (Kg/ha)	Produtividade África (Kg/ha)
Mandioca	12.827.600	12.899,5	9.694,8
Batata Doce	982.588	6.115,7	4.172,9
Milho	970.231	624,3	1.942,1
Banana	411.057	9.987,2	7.011,5
Batata	823.266	7.958,8	9.982,7
Hortícolas	263.272	7.995,1	10.513,1
Feijão	247.314	345,3	673,5
Amendoim	110.828	383,0	909,0
Café*	780	31,2	488,3
Leite*	158.400	480/animal	479,4/animal
Carne de Bovino *	104.380	170/animal	149,6/animal
Carne de Suíno *	28.170	64,9/animal	57,9/animal
Carne de Caprino e Ovino*	1.297	15/animal	13,8/animal
Frango*	8.145	0,9/animal	1,2/animal
Ovos*	4.460	52.470 (100 mg)	48.423

Fonte: FAO Statistical Yearbook

* dados pouco credíveis, o que é atestado pela evidência empírica

No que respeita aos principais produtos animais produzidos em Angola, para os frangos e ovos a produtividade encontra-se abaixo dos níveis médios registados para o continente africano, estando a produtividade do leite ao nível da

produtividade média para África, mas para as carnes de bovino, suíno, caprino e ovino a produtividade em Angola é superior.

Quadro 8 - Rácios produção/consumo por grupos de produtos (2002 e 2007)

Produto	2002			2007		
	Produção (1000 ton)	Consumo (1000 ton)	Prod/Cons %	Produção (1000 ton)	Consumo (1000 ton)	Prod/Cons %
Óleos Vegetais	67	146	45,9	77	230	33,5
Óleo de palma	50	59	84,7	55	112	49,1
Cereais	715	1347	53,1	728	1728	42,1
Milho	547	785	69,7	570	835	68,3
Trigo	4	336	1,2	5	568	0,9
Massango	161	123	130,9	147	152	96,7
Raízes e Tubérculos	7125	7140	99,8	10165	10191	99,7
Mandioca	6523	6523	100,0	8840	8840	100,0
Batata	179	194	92,3	615	640	96,1
Batata doce	423	423	100,0	710	710	100,0
Açúcar	55	221	24,9	73	319	22,9
Leguminosas	91	101	90,1	105	132	79,5
Feijão	91	101	90,1	105	132	79,5
Oleaginosas	60	72	83,3	83	86	96,5
Amendoim	22	24	91,7	42	43	97,7
Hortícolas	271	328	82,6	275	355	77,5
Frutícolas	450	470	95,7	450	467	96,4
Bananas	300	300	100,0	300	300	100,0
Carne	139	258	53,9	139	355	39,2
Carne de Bovino	85	106	80,2	85	111	76,6
Carne de Suíno	28	47	59,6	28	80	35,0
Carne de Caprino/Ovino	10	11	90,9	10	11	90,9
Carne de Frango	8	86	9,3	8	145	5,5
Leite	195	218	89,4	200	234	85,5
Ovos	5	18	27,8	4	18	22,2

Fonte: FAO Statistical Yearbook

Com recurso aos valores do consumo, ou seja quantidades produzidas + quantidades importadas + variação de stocks - quantidades exportadas, pode ver-se em que medida a produção nacional satisfaz esse mesmo consumo. Do Quadro 8, em que se mostram os rácios produção/consumo, pode constatar-se que Angola é auto-suficiente em mandioca, e batata-doce do grupo das raízes e tubérculos, em massango dos cereais e em bananas do grupo das frutícolas. Nos demais cereais, verifica-se uma escassez muito grande ao nível do trigo, e um rácio produção/consumo de 69,7% para o milho, um dos produtos base da alimentação. Nos óleos vegetais, o rácio produção/consumo está abaixo dos 50%, e no caso do óleo de palma este rácio está acima dos 50%. Verifica-se, a par das necessidades de importação de óleo de palma, alguma exportação. A produção de hortícolas aumentou menos do que o seu consumo, o mesmo se passando com as leguminosas, mas os rácios situam-se à volta dos 80%, o que indicia a quase auto-suficiência.

Quanto aos produtos animais, Angola é praticamente auto-suficiente para o leite e para a carne de caprino/ovino, mas na carne de bovino, de suíno, frangos e nos ovos apresenta ainda uma grande dependência do exterior (Quadro 8).

Angola não produz o suficiente para o consumo interno, satisfazendo as necessidades alimentares através do recurso à importação. A importação de bens alimentares representava, em 2008, cerca de 71% das importações globais.

A análise só ficará completa se a ela se juntarem os dados relativos ao crescimento demográfico, calculando, para cada um dos anos em análise, o consumo total *per capita*, e a produção *per capita* (Quadro 9). De acordo com a FAO, a população angolana era, em 2002, de 15.164.000 habitantes, e em 2007, ascendia a 17.555.000 pessoas.

Começando por comparar, para cada um dos anos, os consumos *per capita* e as produções *per capita*, constata-se a grande diferença entre estes dois indicadores para a maioria dos produtos, com consumos *per capita* superiores às produções *per capita*, indicando a dependência da importação para a satisfação das necessidades alimentares da população. Angola é auto-suficiente em massango, mandioca, batata-doce, amendoim e carne de caprino e ovino. Mostra-se muito deficitária em arroz, trigo, carne de suíno, carne de frango e ovos.

O aumento da população de 2002 para 2007, associado a um aumento do consumo *per capita* e a um decréscimo na produção *per capita*, significa uma

produção estável e uma necessidade crescente de importação para satisfação do consumo, como é o caso da carne em geral, da carne de suíno e da carne de frango.

Quadro 9 – Consumo Total *per capita* e Produção *per capita* de alguns produtos agro-pecuários

Produto	Consumo <i>per capita</i> (Kg)	Consumo <i>per capita</i> (Kg)
	(Produção <i>per capita</i> (Kg))	(Produção <i>per capita</i> (Kg))
	2002	2007
Arroz	4,9 (0,2)	5,2 (0,3)
Milho	51,8 (36,1)	47,6 (32,5)
Massango	8,1 (10,6)	8,7 (8,4)
Trigo	22,2 (0,3)	32,4 (0,3)
Feijão	6,7 (6,0)	7,5 (6,0)
Mandioca	430,2 (430,2)	503,6 (503,6)
Batata	12,8 (11,8)	36,5 (35,0)
Batata Doce	27,9 (27,9)	40,4 (40,4)
Hortícolas	21,6 (17,9)	20,2 (5,7)
Amendoim	1,5 (1,5)	2,4 (2,4)
Carne Total	17,0 (9,2)	20,2 (7,9)
Carne Bovino	7,0 (5,6)	6,3 (4,8)
Carne Suíno	3,1 (1,8)	4,6 (1,6)
Carne Caprino/Ovino	0,7 (0,7)	0,6 (0,6)
Carne Frango	5,7 (0,5)	8,3 (0,5)
Leite	14,4 (12,8)	13,3 (11,4)
Ovos	1,2 (0,3)	1,0 (0,2)

Fonte: FAO Statistical Yearbook

Um decréscimo no consumo *per capita* e na produção *per capita*, como é o caso do milho, revela uma descida da produção total, não acompanhada de aumento da importação.

Aumentos na produção *per capita* significam produtos que conseguem suprir a produção interna e gerar excedentes potencialmente exportáveis, como nos casos da mandioca, batata-doce e massango. Assinale-se, contudo, que o aumento do consumo destes alimentos não tem sido estimulado, pese embora o facto de fazerem parte da dieta tradicional de grande parte da população, o que faz pensar na necessidade de se prestar maior atenção a uma política de incentivo ao uso de alimentos que possam ser facilmente produzidos a nível local.

Potencialidades agrícolas

A zonagem agro-económica de Angola, elaborada por A. Castanheira Diniz em 1973 e constituída por 36 zonas distintas, diferenciadas por condições ambientais, sistemas culturais, cobertura de infra-estruturas, mercados e serviços, foi durante muito tempo usada para a definição das potencialidades agrícolas do país. O Ministério da Agricultura introduziu recentemente algumas alterações a tal zonagem e desenhou cinco grandes regiões rurais (Figura 1).

No litoral distinguem-se duas regiões: a Região I a Norte, com agricultura de sequeiro e aproveitamento das faixas aluvionares dos principais rios, cujas principais culturas são a mandioca e o milho; e a Região V a Sul, que se alarga à medida que se caminha para Sul, integrando parte da província da Huíla e praticamente a totalidade do Cunene, fortemente marcada por uma economia agro-pastoril, e mesmo pastoril mais a sul, onde a criação de bovinos assume enorme importância, sem menosprezar a de caprinos, ovinos e suínos, e em que na agricultura predomina o cultivo de cereais. Podem considerar-se também duas importantes zonas planálticas: a Região II, a Norte do país, em que a mandioca, o feijão e a batata-doce são as principais culturas para consumo e para o mercado, associadas em algumas áreas à banana e noutras ao amendoim, e ainda o café, o palmar e algumas fruteiras tropicais; e a Região III, o conhecido Planalto Central, em que o milho assume enorme importância na dieta alimentar da população, mas também assumem importância, em termos alimentares e de mercado, a batata, o feijão e as hortícolas, e onde se

vai recuperando o café arábica e certas fruteiras subtropicais, sendo de notar o uso de tecnologias relativamente mais avançadas, como técnicas de regadio e o uso de fertilizantes orgânicos e químicos. Finalmente, a Região IV compreende a zona Leste do país, em que a agricultura é principalmente para autoconsumo, com predomínio generalizado da mandioca, mas também com tradição de cultivo de cereais (arroz de sequeiro, milho e massango e massambala, e onde a recollecção, a caça e a pesca são componentes importantes da economia doméstica. Como qualquer zonagem, esta é discutível, mas decidiu-se apresentá-la por ser considerada oficial, embora não exista nenhuma decisão governamental nesse sentido.

Figura 1 – Grandes Regiões Agrícolas de Angola



Fonte: MINAG (2007)

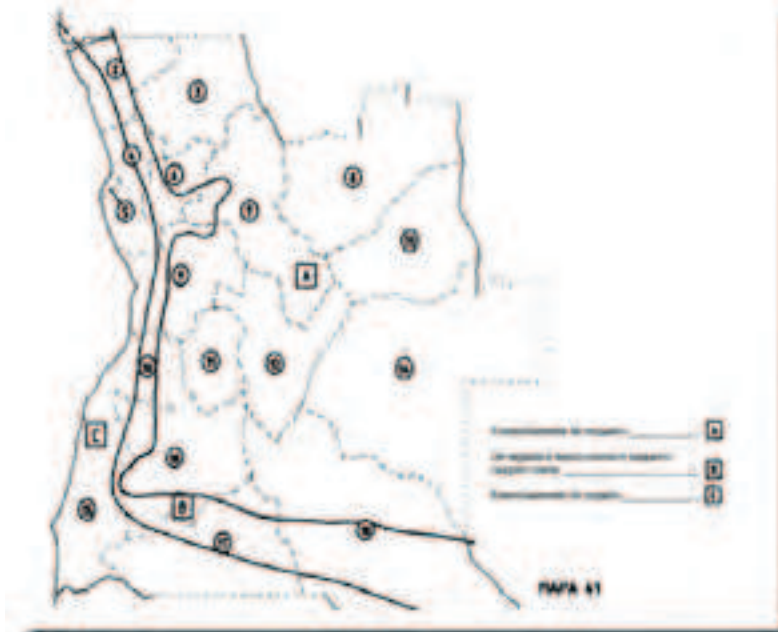
Com uma área agrícola potencial de cerca de 58 milhões de hectares (FAO, 2010), Angola utilizava cerca de 4,9 milhões de hectares na agricultura, no ano agrícola de 2009/10 (MINADERP, 2010). Aproximadamente 97% desta área era ocupada pelas sete principais culturas alimentares: milho (37,6%), mandioca (24,1%), feijão (17,3%), amendoim (7%), massango/massambala (4,1%), batata-doce (3,9%) e batata (2,5%). O café representava apenas 0,6% desta área (FAO, 2010).

A vasta extensão de Angola, integrando-se na zona intertropical, com cerca de 73% da área do território situada acima da cota dos 1000m, aliada a uma grande diversidade de condições edafo-climáticas, é responsável pela variedade de culturas e tipos de exploração agrícola: cereais praganosos e leguminosas, de sequeiro ou de regadio, café robusta e arábica, raízes e tubérculos, fruteiras tropicais e palmar, mas também culturas subtropicais e de zonas temperadas, como a oliveira, a vinha, o morango, a maçã, a pêra, etc. Do mesmo modo, no sector da pecuária, as potencialidades são diversas, destacando-se a bovinicultura de carne e de leite e a caprinicultura (Diniz, 1998).

Com base nos aspectos climáticos relativos à precipitação, sua distribuição e duração da estação das chuvas, Diniz (1998) divide o território angolano em três zonas distintas no que respeita a tipos de exploração agrícola (Fig. 2): A) Zona essencialmente de exploração de sequeiro, em que o ciclo vegetativo das culturas coincide com a estação das chuvas, e em que o regadio só é considerado no período seco para pomares ou para a produção hortícola; B) Zona de transição, em que o sequeiro apenas abrange espécies resistentes á seca ou pouco exigentes em humidade (algodão, mandioca, massambala e massango) e em que o regadio já é uma necessidade para outros tipos de culturas que não as perenes ou as hortícolas; C) Zona essencialmente de exploração de regadio, em que o sequeiro só é viável para culturas bastante resistentes à seca e desde que se lhes proporcionem condições específicas de solos e topográficas. As zonas mais favoráveis à exploração de cada produto agro-pecuário são definidas com base nas respectivas exigências edafo-climáticas e distribuição tradicional. Atendendo a esta zonagem, pode verificar-se o grande potencial agrícola aliado a uma área agricultável ainda por explorar.

A título de exemplo, as principais culturas alimentares encontram condições propícias ao seu desenvolvimento nas províncias do Norte e Nordeste (Zaire, Malange, Uíge, Kuanza Norte e Lundas) com o predomínio da mandioca, batata-doce, feijão e amendoim, no planalto central (Huambo e áreas limítrofes do Bié, Huíla, Kuanza Sul e Benguela) para o milho, mandioca, massambala e massango. Já o trigo encontra condições favoráveis ao seu desenvolvimento em altitudes superiores a 1700 m no Huambo, e ainda no Baixo Cunene e nos Vales do Cubango. O arroz dá-se nas áreas planas do Kuanza Sul, Bié, Huíla, Baixo Cunene e Baixo Cubango. A soja pode ser cultivada na Huíla, Kuanza Sul, Benguela e Malange (Diniz, 1998).

Figura 2 – Tipos de Exploração Agrícola e Tipos de Regadio



Fonte: Diniz (1998)

Desenvolvimento da agricultura angolana: constrangimentos, objectivos e desafios

O fomento da agricultura é fundamental quando se pensa na instituição de um novo modelo de crescimento económico que se pretende sustentável e sobretudo menos dependente do petróleo. O sector agrícola é importante não só quanto à promoção da auto-suficiência e da segurança alimentar, mas também quanto ao fornecimento de matérias-primas para a indústria transformadora e para a criação de emprego, um dos problemas cruciais das áreas rurais, numa perspectiva de diversificação da economia. Para o crescimento sustentado do sector agrícola, é necessário que a agricultura evolua para além do mero nível de subsistência. Como tal, dever-se-ão identificar os principais problemas (obstáculos), procurando as respectivas soluções.

A maioria da área cultivada é da responsabilidade de empresas agrícolas familiares, com uma área média por exploração de 2,32 ha, utilizando técnicas de produção de baixa eficiência, sendo pouco produtivas, dificultando a criação de excedentes de produção por os pequenos produtores familiares terem pouco incentivo para produzir além dos níveis de subsistência da família. O Relatório do Ministério da Agricultura relativo aos resultados da campanha 2008/09 refere o número reduzido de tractores, e que a sua utilização apenas se verifica a nível do sector empresarial. A charrua de tracção animal é usada tanto no sector familiar como no empresarial, mas com uma média por exploração que não ultrapassa os 0,2 e 0,3 instrumentos nos sectores familiar e empresarial, respectivamente.

Alguns dos constrangimentos relativos ao desenvolvimento da agricultura angolana prendem-se com o baixo nível do capital humano e de conhecimentos, a disponibilidade de recursos financeiros e com a ausência de incentivos aos produtores e técnicos.

O baixo nível do capital humano e de conhecimentos envolve aspectos relacionados com:

- Baixas produtividades pelo baixo nível tecnológico e por dificuldades de acesso a factores de produção agrícola de qualidade e nas quantidades necessárias e no momento certo, nomeadamente sementes de qualidade e adequadas à região, ferramentas e utensílios adequados ao trabalho da

terra, tracção animal e motorizada, fertilizantes, meios de prevenção e combate a pragas e doenças vegetais e animais;

- Ausência de um serviço de extensão rural eficaz que possa contribuir para o progresso tecnológico;
- Investigação pouco evoluída, com falta de investimento em programas e em laboratórios;
- Barreiras culturais e falta de conhecimento dos agricultores e técnicos em termos técnicos, de gestão, de mercados e outros, necessários para a projecção de uma agricultura moderna;
- Gestão empresarial deficiente;
- Elevados custos de produção associados à importação de factores de produção;
- Inexperiência de actuação em sistema de economia de mercado por parte dos diferentes actores, incluindo da governação.

Relativamente à disponibilidade de recursos financeiros, os principais constrangimentos dizem respeito a:

- Mau estado das estradas, principalmente das secundárias e terciárias, e das pontes o que dificulta não só o acesso a mercados de escoamento de produtos, constituindo um forte entrave à comercialização dos produtos agro-pecuários, mas também o acesso ao mercado de factores de produção;
- Falta ou degradação de outras infra-estruturas, como instalações para os diferentes serviços, armazenamento de produtos e conservação de sementes.

Já a ausência de incentivos aos produtores, provedores de serviços e técnicos tem como consequências:

- Êxodo rural, pelo que as novas gerações estão cada vez mais desligadas da terra e desconhecem as técnicas de trabalhar a terra, o que dificulta o regresso ao campo;
- Feminização crescente da actividade agrícola, decorrente do êxodo dos jovens para os centros urbanos;
- Inexistência de serviços financeiros rurais ou grande fragilidade quando existem;

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

- Dificuldades na materialização do Programa de Promoção do Comércio rural aprovado pelo Governo em 2009;
- Possíveis conflitos de terras que poderão acontecer entre agricultores familiares e empresários por causa dos efeitos da presença destes em áreas não aproveitadas;
- Baixa condição de vida das populações, o que limita o nível das expectativas e da procura de bens de consumo;
- Ambiente pouco atractivo para o investimento empresarial.

A resolução de parte destes problemas está de alguma forma contemplada nos objectivos do Governo para promover o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentável do sector agrário plasmados no Programa para 2011. De entre os vários objectivos específicos definidos, podem destacar-se o da formulação de uma política agrária, o do desenvolvimento de capacidades de investigação agrária, o da implementação de uma linha de crédito para apoio às associações, cooperativas, pequenos e médios produtores, o da reabilitação de infra-estruturas de apoio à actividade produtiva, o da promoção do comércio no meio rural, o da promoção integrada de fileiras estratégicas, o da diversificação da economia e o da promoção de parcerias público-privadas. Como áreas prioritárias de intervenção em termos de política agrária para desenvolvimento da agricultura, podem considerar-se a promoção do comércio rural, os serviços de assistência técnica e extensão agrícola, o crédito agrícola e a investigação científica.

Progressos recentes

Apostando na diversificação da economia devido à pressão provocada pela baixa acentuada do preço do petróleo em 2009, o Executivo angolano tem vindo a fazer alguns progressos assinaláveis. Desde logo, numa nova atitude em relação à própria diversificação da economia. Noutras ocasiões, nomeadamente em meados da década de 80, já se conheceram situações do mesmo tipo que não tiveram consequências de maior. Mas actualmente, e apesar da lentidão na implementação das acções, projectos e programas, parece haver mais coerência e continuidade nas medidas que estão a ser projectadas e materializadas. É o que acontece com o crédito agrícola, a comercialização rural e a extensão rural, programas que a nível de

cada município – e esta é uma inovação de elevado significado – se integram num outro de maior abrangência a que se convencionou designar por *Programa Municipal de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza* (PMIDRCB), cuja coordenação está directamente dependente de um Órgão Auxiliar da Presidência da República através da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, o que lhe confere um significado totalmente distinto e outro nível de importância. Note-se ainda que os PMIDRCB estão alinhados com a estratégia de descentralização, pois são geridos pelos municípios que, desse modo, ganham estatuto de unidades orçamentais.

Estes aspectos serão abordados a seguir, bem como os relativos ao desenvolvimento do agronegócio.

O crédito agrícola

O crédito agrícola é um instrumento económico crucial para a retomada da produção por parte das famílias – fortemente desmunidas após longos anos de conflito que teve como palco principal as áreas rurais –, para o combate à pobreza e para a animação da economia rural, pela possibilidade de se aumentar o número e a qualidade dos prestadores de serviços. É igualmente um poderoso instrumento de combate contra a exclusão e pela cidadania. Culminando uma longa luta por parte de actores não estatais do mundo da agricultura, finalmente foram dados alguns passos importantes para solução de um dos mais gravosos problemas da agricultura angolana. O envolvimento de actores diversos a diferentes níveis, a informação dos progressos ao público e o papel conferido às cooperativas e associações, facilitando o acesso dos agricultores ao crédito e dando-lhes, pela primeira vez fora do estreito marco do sector agrícola, a possibilidade de crescerem pela prática da participação e pelo reconhecimento da sua utilidade, são aspectos bastante inovadores do programa agora concebido.

A aprovação de duas linhas de crédito pelo Governo em 2009 deve ser, pois, entendida como uma medida crucial. A primeira, no valor de US\$150 milhões, é considerada como crédito de campanha agrícola e é destinada fundamentalmente, por exemplo, à compra de bois para tracção animal, sementes, fertilizantes e outros factores de produção, por parte de agricultores familiares e pequenos agricultores, desde que estejam associados em cooperativas ou associações, em montantes até ao valor de US\$5.000. A segunda destina-se a crédito para investimentos, tem um valor global de US\$200 milhões e destina-se a médios agricultores, que podem ser

contemplados com verbas até 500 mil dólares. Num e noutra caso, os empréstimos dos bancos operadores estão garantidos pelo fundo governamental que suporta a linha de crédito e que também cobre o diferencial entre as taxas de juro praticadas usualmente pelos bancos comerciais (21%) e as cobradas efectivamente aos mutuários, que são da ordem dos 5% para o crédito de campanha e de 6,7% para o de investimento. O crédito de campanha é um crédito solidário reembolsável em 10 meses e o de investimento em 8 anos com um período de carência de 3 anos.

O programa de crédito estabelece Comitês Locais de Pilotagem chefiados pelos Administradores Municipais e com representantes das autoridades tradicionais, instituições religiosas, serviços de extensão, organizações de agricultores e ONGs ligadas ao sector, que analisam e aprovam as candidaturas para crédito. As operações são da responsabilidade de bancos comerciais que assinam acordos com o Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, composto pelos Ministérios de Economia, Finanças e Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas. Os beneficiários dos créditos têm de apresentar aos bancos facturas pró-forma de fornecedores locais relativas aos bens financiados, recebendo estes os valores pagos pelos bancos. No primeiro ano do programa (2010-2011) foram aprovados cerca de 67 milhões de dólares e contemplados mais de 35 mil pequenos agricultores integrados em cooperativas e associações.

A promoção do comércio rural

O comércio rural tem sido um dos maiores constrangimentos do desenvolvimento agrícola do país. De acordo com Simões (1972), havia em Angola no ano de 1970 uma loja rural para aproximadamente 140 agricultores familiares, sendo o tipo de comércio naquela altura obsoleto, tendo como função não só a de fornecer aos agricultores bens de consumo e de uso (ferramentas e outros meios de produção agrícola) mas também a de assegurar a compra de produtos agrícolas. Este tipo de comércio era suportado por um sistema de crédito não formal que, apesar dos juros em regra extremamente injustos, constituía quase a única ferramenta de ligação dos agricultores ao mercado.

O comércio estruturado ainda está ausente no interior do país, particularmente fora das cidades e vilas. De acordo com o Ministério do Comércio, em 2009 existia apenas um estabelecimento, regra geral muito precário, para mais de 960 agricultores. Tais estabelecimentos não vendem meios de produção, nem adquirem

produtos agrícolas e não vendem a crédito. Nas áreas rurais apenas vendem pouco mais do que bebidas, óleo alimentar, conservas e bolachas. Os agricultores, para venderem os seus produtos, socorrem-se de comerciantes ambulantes, oriundos das cidades e muitas vezes da República Democrática do Congo, ou deslocam-se a custo aos mercados informais nos centros urbanos ou junto das principais estradas, que por vezes distam dezenas de quilómetros.

Para vencer estas dificuldades, o Executivo aprovou o Programa de Comércio Rural Permanente em 2009 e o regulamento para os seus financiamentos no passado mês de Julho de 2011. Pretende-se desse modo apoiar a implementação de uma rede de comércio que assegure com regularidade a aquisição de excedentes de produção da agricultura familiar, das cooperativas e associações e dos pequenos e médios agricultores e criadores, bem como o abastecimento regular e permanente de bens e mercadorias às comunidades rurais. De acordo com o regulamento, podem candidatar-se a financiamentos empresas grossistas e retalhistas, quer para investimentos, quer para fundos circulantes. O programa está a dar os primeiros passos em províncias com maior potencial agrícola.

Extensão rural e assistência técnica

A situação descrita pode explicar os baixos níveis de produção agrícola em Angola, não só por falta de meios de produção como também pelo precário sistema de escoamento dos produtos agrícolas, ou seja falta de ligação ao mercado e pela ausência de serviços de apoio, provocando desmotivação devido à falta de incentivos.

Ao longo dos anos de guerra civil e políticas menos adequadas para o sector agrícola, registou-se um retrocesso do seu nível técnico e tecnológico, pois a importância que o governo colonial português conferia à agricultura familiar, expressa na quantidade de serviços de assistência técnica e extensão agrícola e sua rede de implantação relativamente densa com sete diferentes serviços, mais ou menos especializados, principalmente nas províncias mais produtivas, nunca foi entendida e assumida pelo governo angolano. Tais serviços eram responsáveis pela divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos nos Laboratórios, Centros de Estudos e Estações Zootécnicas; pela produção e distribuição de sementes e plantas melhoradas; pela produção e distribuição de animais reprodutores de raças melhoradas; pela intervenção de natureza preventiva ou de combate às

pragas e doenças de maior importância económica. Para além de assistência técnica e de fornecimento de factores de produção e outras formas de crédito aos agricultores, competia aos serviços, vários deles estruturados em institutos com certa autonomia, no âmbito do desenvolvimento das principais culturas nas regiões onde as mesmas possuíam maior importância económica, fazer a coordenação, disciplinando e fiscalizando o comércio das respectivas produções, o que mostrava bem a importância conferida ao subsector familiar.

Presentemente, a intervenção junto aos agricultores familiares quase se reduz ao Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), ao Instituto Nacional do Café e ao Instituto dos Serviços Veterinários, todos eles bastante pouco apetrechados em termos de recursos humanos e meios de trabalho. Recentemente o IDA, depois de ter vivido cerca de dois anos quase sem financiamento para as actividades que lhe estão atribuídas, foi dotado de cerca de 300 técnicos médios recentemente formados pelos vários institutos criados desde 2005, de motociclos e viaturas e de instalações em algumas províncias e municípios. Ademais, o IDA decidiu adoptar a abordagem das Escolas no Campo dos Agricultores (*Farm Field Schools*), o que poderá colmatar uma das suas maiores limitações – a ausência de uma metodologia de trabalho com as comunidades. Para o universo dos agricultores familiares, exceptuando os que são assistidos pelo Instituto do Café, foram atribuídos este ano cerca de 18 milhões de dólares a fim de se fazer face às despesas referidas.

A importância do agronegócio

O Executivo angolano, perante as dificuldades que se deparam ao sector privado, definiu que o Estado deve ser o mais importante operador na estratégia de promoção do agronegócio em Angola nesta fase. Por tal razão, foi criada a Gesterra, uma sociedade anónima com capitais públicos para promoção de empreendimentos agrícolas cuja finalidade é a produção de alimentos, a preparação de profissionais qualificados e a modernização tecnológica da agricultura. A Gesterra gere actualmente duas explorações agrícolas. Uma na província de Malanje (Fazenda Pungo Andongo, município de Cacusó) construída de raiz e iniciada em 2006, onde foram investidos mais de 40 milhões de dólares americanos em infra-estruturas, meios circulantes, equipamento e assistência técnica, vocacionado para a produção de milho, feijão, soja e arroz, com resultados técnicos que podem ser considerados interessantes para o panorama angolano, pois as produtividades alcançadas com o

milho, por exemplo, atingiram uma média superior a quatro toneladas por hectare no melhor ano. Beneficiou de assistência técnica brasileira e actualmente trabalha com um crédito do Banco de Desenvolvimento Angolano (BDA).

A segunda exploração desenvolve-se na província de Kuanza Sul (SEDIAC, município da Cela) e foi adquirida em 2008 a um empresário privado, beneficiando igualmente de um crédito do BDA. O objecto principal é a produção de milho e feijão, tem assistência técnica de especialistas brasileiros contratados individualmente e os resultados do milho são tecnicamente considerados os melhores na actualidade em Angola (cerca de 5 toneladas por hectare).

Já em 2011, o Conselho de Ministros deu luz verde a mais de uma dúzia de projectos em várias províncias, dos quais pelo menos seis já estão em fase de implementação com diferentes parceiros financeiros e técnicos. Em todos os casos, o objectivo é desenvolver a empresa e a produção com forte participação de um parceiro estrangeiro e a preparar a sua privatização logo que o empreendimento tenha condições técnicas e de gestão para deixar de necessitar do suporte do Estado e da referida assistência. O mesmo está estabelecido para os dois empreendimentos já em curso antes descritos.

O Estado procura promover e expandir o agronegócio, através de outras estratégias. Uma delas é a reabilitação e/ou construção de perímetros irrigados, infra-estruturas públicas colocadas à disposição dos agricultores interessados na produção agropecuária, geridos pela Sociedade de Perímetros Irrigados (SOPIR, S.A.), uma empresa de direito privado e capitais públicos, em parceria com terceiros e mediante contratos de exploração em regime de direito de superfície com agricultores ou empresários interessados. Actualmente estão funcionais os Perímetros da Matala e de Ganjelas, ambos na província da Huíla, e de Caxito na província do Bengo, nos quais foram investidos mais de 100 milhões de dólares nos últimos cinco ou seis anos, e estão previstos mais três, no Waku Kungo (Kuanza Sul), Dondo (Kuanza Norte) e Luena (Moxico). A sobreposição de critérios políticos em relação aos de ordem técnica ou financeira na selecção dos agricultores que beneficiam de parcelas nos Perímetros tem merecido reparos, tornando muitas das parcelas pouco produtivas apesar dos investimentos realizados.

Uma outra modalidade na qual está interessada o governo é a constituição de pólos agroindustriais, visando sempre a modernização acelerada da agricultura em termos idênticos aos já referidos para a Gesterra. O primeiro – e até ao momento

único —, criado em 2007, foi o Pólo Agro-Industrial de Capanda (Província de Malanje), numa extensão de mais de 443 mil hectares. A sua filosofia baseia-se no estabelecimento de parcerias público privadas, em que é suposto que a iniciativa privada realize investimentos produtivos a partir de infra-estruturas construídas pelo Estado, nomeadamente a construção de estradas e o ordenamento territorial, envolvendo a delimitação, demarcação e loteamento de terras. O investimento previsto é de 900 milhões de dólares, dos quais um terço é de responsabilidade pública.

O agronegócio tem sido promovido também por empresários que podem ser classificados em três categorias distintas. A primeira é constituída por empresários que ocupam posições de destaque no Governo e outras instituições, beneficiam de fácil acesso a fundos e outros bens públicos, podendo estar associados a empresários estrangeiros, a tempo muito parcial. A pecuária de bovinos de corte, a avicultura e as culturas de milho e de feijão, bem como os hortofrutícolas, constituem o núcleo central das atenções dos empresários desta categoria.

A segunda categoria compreende empresários privados a tempo inteiro, sendo a agricultura uma actividade complementar de outras. Beneficiam de créditos, de bancos públicos ou comerciais, e “subsídios” de vários tipos, traduzidos na aquisição de bens e equipamentos em empresas ou instituições públicas, “isenções” de taxas e impostos, entre outros. A maior parte destes empresários dedica-se à pecuária de corte nas províncias do sul, numa estratégia de investimento a prazo, como fazem os criadores de caprinos tradicionais, mau grado as dificuldades de acesso a assistência técnica.

Uma terceira categoria, que começa a emergir e se apresenta em número bastante menor, compreende empresários que canalizam para a agricultura capitais excedentários de outras actividades e que fazem recurso a tecnologias modernas, conseguindo resultados mais compensadores, em domínios como a pecuária, as hortícolas e as fruteiras, principalmente a banana.

Dificuldades persistentes

Se a favor da agricultura jogam forças e factores como os mencionados na secção anterior, uma análise mais fina mostra que nem sempre se pode avaliar com boa nota tais forças e factores.

Os Programas Municipais de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza padecem de um erro de concepção e implementação que pode provocar efeitos perversos a prazo. Desde logo, a afectação de fundos não obedece a três critérios de diferenciação fundamentais: o tipo e a dimensão dos problemas existentes, o número da população residente e as distâncias aos centros de logística e aprovisionamento condicionadoras dos custos. Como resultado, a maioria dos municípios dispõe de orçamentos idênticos, ainda que um tenha dez vezes mais habitantes que outro ou esteja a uma distância de Luanda (o grande centro abastecedor de quase tudo) que represente o dobro da outra (e muitas vezes em estrada em muito pior estado). Por outro lado, o foco da acção reside na construção e reabilitação de infra-estruturas em prejuízo de dois aspectos fundamentais: a criação de capacidades para geri-las e a promoção do emprego local, pois tais obras são normalmente da responsabilidade de empresas que não deixam suficientes mais-valias no município. A pouca importância conferida à agricultura (regra geral contemplada com cerca de 10 a 12% do orçamento do programa), ao comércio e a outras actividades capazes de fomentar o empreendedorismo local e contribuir para o aumento dos rendimentos dos pobres, como a instalação de oficinas de reparação de automóveis e motorizadas, serrações, carpintarias, alfaiatarias, sapatarias, unidades de construção civil, etc, é outro aspecto que não pode merecer nota positiva.

Vários aspectos se afiguram igualmente problemáticos na forma de implementação do programa de crédito, como a fragilidade institucional e organizacional de bancos e empresas de prestação de serviços, a debilidade do mercado e a falta de capacidade – por vezes associada a desonestidade – de muitos dos prestadores de serviços (comerciantes, proprietários de brigadas de máquinas). O facto da maioria dos agricultores não possuir Bilhete de Identidade, a fraca dispersão das agências bancárias, a inexistência de fornecedores na maioria dos municípios e o elevado índice de analfabetismo fazem com que o acesso ao crédito seja desequilibrado, prejudicando mais as mulheres e quem vive mais afastado das sedes provinciais e dos principais municípios. Com estes constrangimentos, não é de estranhar que ao fim de mais de um ano apenas tenham conseguido acesso ao crédito menos de 2% dos agricultores, a abrangência territorial se limite a cerca de 50% dos municípios e o montante dos reembolsos não chegue a 30% do crédito mutuado. De notar que o programa foi aprovado em Fevereiro de 2009 e os primeiros desembolsos apenas aconteceram em Setembro de 2010.

É difícil de compreender, igualmente, a morosidade na implementação do Programa de Promoção do Comércio Rural, aprovado em 2009 e cuja implementação praticamente ainda não arrancou. Pondo de parte a hipótese de não haver suficiente vontade política, isto só pode ser explicado pelo desconhecimento dos decisores sobre a importância da produção familiar no PIB e na segurança alimentar de quase metade da população, e pelas dificuldades de gestão governativa, que não permite atacar ao mesmo tempo esta questão e as crescentes e complexas exigências de uma modernização da agricultura que tarda a mostrar resultados. Um impacto negativo desta situação é a crescente feminização da agricultura familiar, pois os jovens masculinos tendem cada vez mais a migrar para as cidades, e a sua estagnação tecnológica. Ademais, os progressos na agricultura são afectados pelo facto de neste sector não estarem a ser dados passos no sentido da desconcentração e da descentralização que o país adoptou. Com efeito, o facto de as Estações de Desenvolvimento Agrário permanecerem como órgãos do IDA e, como tal, não dependerem das Administrações, retira aos governantes locais a possibilidade de intervirem naquela que deveria representar, para a maioria dos municípios, a principal actividade económica.

A diversificação da economia pressupõe uma aposta financeira do Estado que tenha a ver com uma nova ideia do seu papel na economia e em particular no desenvolvimento agrícola. Uma análise das verbas atribuídas ao sector através do OGE nos últimos três anos mostra que, quer em percentagem em relação à totalidade do orçamento, quer em termos absolutos, as coisas não estão bem. Em 2009, a verba foi de 1,7 mil milhões de dólares, reduzida em 2010 para 680 milhões e em 2011 para 674 milhões. Em termos percentuais em relação ao todo do OGE, as cifras estiveram sempre a descer, passando de 4,13% em 2009 para 1,41% em 2011, com 1,97% em 2010. O cenário torna-se mais preocupante quando se sabe que as verbas realmente alocadas ficam quase sempre muito abaixo das inscritas no OGE. De acordo com o Ministério da Agricultura, em 2009 apenas foram executados 27% dos montantes do Programa de Investimentos Públicos inscritos no OGE (Ministério da Agricultura, 2010).

Durante os anos de 2009 e 2010, as verbas atribuídas à agricultura familiar assistida pelo IDA permitiram pagar pouco mais que os salários dos funcionários existentes, não tendo sido autorizada a admissão de novos. Isto permite concluir que as verbas do sector foram canalizadas fundamentalmente para o agronegócio

e, de modo marginal, a acções de carácter estruturante. Não existe informação disponível sobre os resultados financeiros da Gesterra e da SOPIR, mas as evidências empíricas são suficientes para se concluir que se está longe de conseguir resultados satisfatórios. Um indicador, por exemplo, é a falta, possivelmente aparente, de interessados na privatização das explorações de Pungo Andongo e da SEDIAC, não obstante os volumes de investimento realizados.

Noutras vertentes, os resultados do agronegócio mostram que a criação de empregos tem muito pouco significado e que as mulheres rurais são as menos contempladas, continuando a penar com o confronto com as dificuldades não superadas da sua actividade. Aliás, não seria de esperar a criação de um volume notório de emprego, pois um dos objectivos do agronegócio é exactamente o de tirar partido da baixa oferta de mão-de-obra num determinado contexto. Finalmente, os resultados técnicos do agronegócio não têm correspondência aos investimentos realizados, pois as produtividades atingidas não se mostram competitivas relativamente às conhecidas em países da África Austral. Isto resulta da falta de recursos por parte da investigação, que em 2010 apenas beneficiou de menos de um milhão de dólares (CEIC, 2011), e também da ausência de coordenação com essa investigação, pois os processos técnicos e tecnológicos conseguidos não são acompanhados pelo Instituto de Investigação Agronómica.

Notas finais

1. Apesar dos progressos registados nos últimos tempos, com a paz e principalmente com a decisão sobre a diversificação da economia, ancorados nos programas de combate à pobreza, descentralização administrativa, extensão rural, crédito agrícola e comércio rural, a agricultura angolana continua a padecer de enfermidades que impedem uma maior participação no PIB e a sua sustentabilidade. Desde logo, é necessário alertar para a dissonância entre as políticas e a legislação, por um lado, e as práticas ligadas às estratégias de execução, por outro. A mais notória diz respeito às verbas atribuídas ao sector no OGE, que têm estado em decréscimo nos últimos anos, exactamente depois da decisão sobre a diversificação da economia. Outra, estreitamente ligada à primeira, é revelada pela secundarização da agricultura familiar, em contradição com o programa do Governo para o

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

período de 2008 a 2013 e a chamada Estratégia 2025 de Longo Prazo referida como o rumo para a Nação pelo Presidente da República em Outubro de 2011.

2. Apesar da estratégia de desconcentração e descentralização, verifica-se uma tendência inversa de centralização do poder, expressa, por exemplo, no facto de 88% das verbas do OGE de 2011 serem geridas pela administração central. A subordinação central de certos programas e projectos sugere que se tira com uma mão o que se deu com a outra. Dir-se-á que não há capacidades de execução a nível local, o que é verdade. Porém, não se vislumbram medidas ousadas para o reforço das capacidades locais, quer através da capacitação dos recursos existentes, quer da criação de condições atractivas que levem à fixação de quadros que vivem nas cidades.
3. O sector agrícola revela uma fraca capacidade de argumentação e influência junto de instituições chave com poder para conseguir mais recursos que se coadunem com o que dele se espera como contribuição para o PIB. Isto não diz respeito apenas ao Ministério da Agricultura, mas também à falta de organização dos diferentes tipos de produtores e outros actores, como provedores de serviços, por exemplo, em associações representativas ou em federações de cooperativas. Com mais diálogo, com mais capacidade de apresentação de projectos de qualidade e maior capacidade ao nível municipal e provincial, o sector poderia defender o aumento de verbas no OGE, com o argumento de se procurar atingir o compromisso assumido pelo Governo Angolano no contexto do Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (CAADP) promovido pelo NEPAD e pela SADC⁴, de investir 10% do PIB na agricultura.
4. A agricultura angolana padece de uma série de mitos que deformam a sua realidade. Um deles diz respeito à ideia das terras férteis. Embora haja hoje abundante informação sobre as pesquisas realizadas ainda no tempo colonial, o entendimento de políticos, empresários mal avisados e certos *opinion makers*, insistem em acenar que Angola tem excelentes condições

⁴ Ver <http://www.nepad-caadp.net>

maturais para a produção agropecuária, sobretudo pela fertilidade dos seus solos. Num documento preparatório do IV Plano de Fomento para Angola, ainda durante o tempo colonial, elaborado por especialistas portugueses, dizia-se que *“solos ricos do ponto de vista dos nutrientes químicos e de matéria orgânica, profundos, estruturados, com elevada reserva mineral, com elevada capacidade de troca catiónica, com valores de pH adequado e bem drenados, enfim, solos como se encontram no continente sul americano, praticamente não existem em Angola”*⁵. Em mais de 50% do território predominam solos arenosos e noutros 22% ocorrem solos ferralíticos ou paraferalíticos, via de regra ácidos ou muito ácidos e pobres em matéria orgânica, fósforo, azoto e vários micronutrientes. Embora se saiba que no estado actual da ciência e da técnica este é um constrangimento que pode ser resolvido, não deixa de ser importante assinalar o facto para permitir que se pense na necessidade do Governo investir seriamente na melhoria dos solos – o que, seguramente, não custará pouco dinheiro.

5. É legítimo o desejo de modernização da agricultura manifestado pelo Governo. Mas a modernização aparece sempre sobrevalorizada em relação aos outros pilares do desenvolvimento, como, por exemplo, a identidade cultural, a participação e a preservação ambiental, como um bulldozer que tudo pode derrubar, levando os governantes a tomarem decisões políticas que não tenham a mínima fundamentação técnica. Caso não sejam tidos em conta os outros pilares, poderá haver crescimento ancorado na disponibilidade de petrodólares e no voluntarismo dos governantes, mas não certamente um desenvolvimento sustentável, até porque são enormes – e nem sempre entendidos e assumidos – os obstáculos culturais, organizacionais, de gestão, técnicos e tecnológicos que se levantam à modernização acelerada da agricultura angolana.
6. Para que o desenvolvimento agrícola seja sustentável é necessária autoconfiança e auto-estima para o reforço de capacidades e resgate de dinâmicas perdidas, e para a promoção de interacções e actividades colectivas, que permitam recuperar, refazer ou criar relações sociais que

⁵ Ver IV Plano de Fomento – *Para uma estratégia de desenvolvimento agrário*, Luanda, 1971.

envolvam todos os actores do processo social ligado à agricultura. Doutro modo, o desenvolvimento de Angola ficará reduzido a um conjunto de “ilhas” a boiar num mar de exclusão. Importa reflectir, pois, sobre os perigos do voluntarismo quando se pretende pôr em marcha processos de desenvolvimento, visto que há etapas que têm de ser cumpridas. Angola não poderá enveredar por uma agricultura competitiva a nível internacional, ou desenvolver os pólos agro-industriais pretendidos, por exemplo, se não investir seriamente em alguns sectores fundamentais como o ensino agrícola (a nível médio e superior), a investigação científica e a formação profissional.

7. A promoção do agronegócio, obviamente justa e desejável, não pode ser feita à custa da eliminação da agricultura familiar num país como Angola. Em primeiro lugar, porque a base técnico-científica não o permite. Depois, porque a crise global que atinge a humanidade aconselha que os modelos produtivos e de consumo sejam repensados, exigindo o bom senso que a pequena agricultura seja reconsiderada. Por outro lado, em agricultura, mais do que em qualquer outra actividade económica, não se pode ignorar a lei dos factores limitantes. Por mais recursos financeiros de que se disponha, nada pode substituir a apropriação do desenvolvimento pelos agricultores e em particular, no caso de Angola, pelas agricultoras. Os paradigmas de desenvolvimento que insistiram em processos de substituição em vez dos que propunham o conhecimento, a adaptação e a transformação, falharam porque geraram situações socialmente injustas, economicamente ruinosas e politicamente perigosas
8. Entre as várias soluções para, a prazo, transformar a agricultura de subsistência e combater a exclusão social, particularmente das mulheres agricultoras e acabar com a estrutura “dualista” arcaica que ainda caracteriza a agricultura angolana, afigura-se bastante judiciosa a abordagem unimodal do desenvolvimento agrário que procure conciliar, na medida do possível, os interesses de todos os actores em parcerias mutuamente vantajosas, com base num diálogo sério e isento de preconceitos, sob a arbitragem do Estado (Negrão, 2002).

Referências

- ACP Observatory on Migration (2010) – disponível em <http://www.acpmigration-obs.org/>, acessado em Agosto 2011.
- African Economic Outlook (2011) disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>, acessado em Agosto 2011
- CEIC/UCAN (2009) – RELATÓRIO ECONÓMICO ANUAL DE ANGOLA 2008, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- CEIC/UCAN (2010) – RELATÓRIO ECONÓMICO ANUAL DE ANGOLA 2009, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- CEIC/UCAN (2011) – RELATÓRIO ECONÓMICO ANUAL DE ANGOLA 2010, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- Diniz, Alberto Castanheira (1998). “Angola o Meio Físico e Potencialidades Agrárias”, Instituto da Cooperação Portuguesa.
- FAO Statistical Yearbook (2010) – <http://www.fao.org/economic/ess/ess-publications/ess-yearbook/ess-yearbook2010/en/> acessado em Agosto 2011.
- INE (2010) – *Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População – 2010*, Ministério do Planeamento, Luanda.
- MINADER (2007) – Relatório da Campanha Agrícola 2005/06
- MINADER (2008) – Relatório da Campanha Agrícola 2006/07
- MINAGRI (2009) – Relatório da Campanha Agrícola 2007/08
- MINADERP (2010) – Resultados da 1.^a Época e estimativas da Campanha Agrícola 2008/09
- MINADERP (2009) – Plano Bienal do Sector Agrário (2010/2011)
- Negrão, José (2002) – *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres*, Maputo, Julho (ciclostilado).
- Neto, J. F.C.; F. O. Baptista e C. Cabral (2006) – “Angola: Agriculturas e Alimentação”, em *Angola – Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*, Vol. I, Ilídio Moreira (org.), Isa Press, Lisboa.

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

ONU DP (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População) (2010) – *World Urbanization Prospects: The 2009 Revision Population Database*, <http://esa.un.org/wup2009/unup/index.asp?panel=1>, acedido em Agosto 2011.

República de Angola (2010) – Relatório Fundamentado do Orçamento Geral do Estado (OGE 2011).

República de Angola (2009) – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN).

Simões, Joaquim Cardoso (1972) – *A comercialização como factor de promoção social em Angola*, Edição do Fundo de Comercialização, Luanda.